



TEM DIVERSIDADE NA SALA DE AULA: A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORAS NAS TEMÁTICAS RELATIVAS ÀS IDENTIDADES DE GÊNERO E SEXUAIS

Marcos Lopes de Souza¹
Marcos Salviano Bispo Queiroz²
André Luiz Faria³

Introdução

Há algum tempo, a escola tem se configurado como um espaço de normatizações e práticas discriminatórias institucionalizadas no que diz respeito ao gênero, inferiorizando a mulher, e de sexualidade, ao marginalizar gays, lésbicas, bissexuais e, em especial, travestis e transexuais. Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) relacionados aos temas transversais sugiram a abordagem de gênero e sexualidade nas redes públicas e privadas da educação básica numa perspectiva que transcenda a dimensão biológica, pouco tem sido feito nas escolas para uma abordagem multidimensional da sexualidade, incluindo aqui as discussões de identidades de gênero e sexuais. Quando se fala de gênero e sexualidade nas escolas, ainda priorizam-se as discussões sobre o aparelho reprodutor do homem e da mulher, gravidez na adolescência e prevenção às DST/Aids (OLIVEIRA; MORGADO, 2006).

Louro (1997) relata alguns exemplos de estereótipos e estigmas de gênero reforçados nas escolas, entre os quais, a idéia de que as meninas têm aptidão para disciplinas que envolvem a área de humanas enquanto os meninos se saem melhor na área de exatas; aceitação de que os meninos são “naturalmente” mais agitados do que as meninas e a crença de que, nas aulas de educação física, os meninos devem jogar futebol e as meninas vôlei, ou mesmo de que os meninos são mais propensos às atividades físicas do que as meninas.

A construção dos gêneros é empreendida em todas as instâncias sociais e culturais por meio das inúmeras falas, atitudes e ações. Como diz Louro (2008, p. 18) “[...] é um processo minucioso, sutil, sempre inacabado”. Historicamente, são atribuídas as mulheres, por exemplo, papéis

¹ Doutorado. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Jequié. Email: marcoslsouza@ig.com.br.

² Mestrado. Professor Assistente do Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Jequié. Email: farami@uol.com.br.

³ Mestrado. Professor Assistente do Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: alfa_rio@yahoo.com.br.



relacionados ao cuidado dos filhos e a educação das crianças. Ao homem, todavia, cobra-se o papel de “provedor”, ou seja, aquele que manterá financeiramente o lar. Essas atribuições não foram designadas naturalmente, mas construídas socialmente (SARDENBERG; MACEDO, 2008).

Além da delimitação desses papéis, as relações de gênero são permeadas pelo poder conferindo historicamente ao homem uma posição dominante em relação à mulher. Esse entendimento de superioridade do homem tem gerado desigualdades de gênero e, conseqüentemente, violência contra as mulheres. Felipe (2008) reuniu dados de pesquisa, os quais evidenciaram que 43% das mulheres já sofreram alguma violência e na maior parte dos casos, os maridos, os parceiros e os ex-companheiros são os agressores. Essa violência gera dor, sofrimento e medo sendo que muitas mulheres não conseguem denunciar os homens que lhes agride.

Da mesma forma que as questões de gênero, a sexualidade humana deve ser compreendida nas suas múltiplas dimensões: psicológicas, sociais, culturais e biológicas. Todavia, historicamente, ela foi entendida unicamente como uma característica biológica e, portanto, algo inato e instintivo. É importante entender que a sexualidade é uma construção social e cultural e que se dá durante toda a sua vida, continuamente e infinitamente (LOURO, 2008).

Além disso, padronizou-se a discussão da sexualidade na perspectiva da heterossexualidade. Tudo aquilo que escapa disso, ainda é compreendido como uma sexualidade desviante. Isso evidencia o quanto as práticas discursivas presentes na cultura ditam aquilo que deve ser praticado, interferindo nas subjetividades, normatizando-as e controlando-as (MADLENER; DINIS, 2007).

Trabalhos de pesquisa, como os de Machado e Prado (2005) e Madureira e Branco (2007) já evidenciaram que gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais sofrem preconceitos e discriminações por familiares, vizinhos, colegas de trabalho e nos diferentes espaços sociais como a escola, as igrejas, os locais de trabalho, espaços públicos e forças armadas.

Em virtude do silenciamento da comunidade escolar em relação às questões de gênero e sexualidade foi proposto, ano de 2009, o projeto de extensão intitulado “Formação continuada de educadoras e educadores nas temáticas relativas às identidades de gênero e sexuais”, desenvolvido entre os meses de maio a dezembro de 2009 na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Jequié-BA sob a coordenação de quatro docentes da referida universidade. Assim sendo, neste artigo serão apresentados e discutidos os resultados obtidos com o projeto acima referido objetivando investigar as contribuições deste curso de formação continuada no enfrentamento ao preconceito e discriminação de gênero e de diversidade sexual na escola.



Percurso metodológico

Este trabalho teve como lócus de investigação o projeto de extensão intitulado “Formação continuada de educadoras e educadores nas temáticas relativas às identidades de gênero e sexuais”. Este projeto contou com 13 encontros quinzenais (com carga horária de 8 horas em cada um). Inicialmente a turma era constituída por 56 professoras e professores, todavia, ao término do curso, permaneceram 26 professoras, sendo que 23 estavam atuando em sala de aula. Esse público final abrangia 6 escolas da rede pública (municipal e estadual) e 4 escolas da rede particular da cidade de Jequié. As disciplinas lecionadas pelas professoras, em suas escolas, eram, especialmente, Educação para sexualidade, Ciências, Geografia, Língua Portuguesa e História. O projeto foi executado em três etapas: discussão das temáticas relacionadas às identidades de gênero e sexuais; elaboração e execução das propostas de intervenção a serem realizadas nas escolas e discussão e avaliação das ações educativas desenvolvidas nas escolas.

Na primeira etapa, as temáticas debatidas nos encontros foram: conceito de gênero; identidades de gênero (masculinidade e feminilidade); identidades sexuais (bi/homo/heterossexualidade); identidades de gênero: travestilidade e transexualidade; preconceito e violência de gênero no Brasil; crimes homofóbicos na Bahia e no Brasil e sexismo e homofobia nas escolas. Nestes encontros foram utilizadas diferentes estratégias metodológicas quais sejam: exibição e discussão de filmes e documentários; interpretação de músicas; leitura de artigos e textos científicos; palestras e exposições de convidadas (os); leitura de boletins e materiais informativos dos movimentos de mulheres e LGBTT; apresentação das experiências de vida de algumas pessoas da comunidade LGBTT de Jequié e realização de dinâmicas.

Na segunda etapa foram elaborados nove projetos de intervenção para serem desenvolvidos com discentes do ensino fundamental e médio nas escolas em que atuavam as professoras. Em linhas gerais, os projetos contemplavam o desenvolvimento de atividades (dinâmicas, exibição de filmes, leitura e discussão de materiais educativos) relacionadas às identidades de gênero e sexuais.

Na terceira etapa avaliaram-se os resultados das ações educativas realizadas. Esses projetos (nove) foram realizados em sete escolas diferentes. O número de estudantes por turma variava de 20 a 35. A faixa etária dos discentes que participaram das propostas era de 12 a 19 anos. As intervenções foram realizadas nos meses de novembro e dezembro. Cada uma das propostas desenvolvidas durou, em média, 6 horas distribuídas em dois ou três dias.

Com o intuito de responder ao objetivo proposto para este trabalho foram utilizados para análise, os escritos produzidos pelas participantes em diferentes atividades desenvolvidas ao longo



do projeto. As anotações feitas pelo coordenador do curso e pela monitora do projeto durante os encontros também foram utilizadas como dados para este trabalho. No final dos encontros foi aplicado um questionário (GIL, 1999) com a intenção de avaliar o projeto. O questionário consistia em oito questões abertas, as quais versavam, entre outras coisas, sobre as concepções em relação às identidades de gênero e sexual antes de iniciar o curso e após a sua conclusão e as resignificações das práticas educativas das professoras após participarem no projeto. Todos os dados obtidos neste trabalho foram lidos e analisados com base na literatura pertinente.

Descortinando os olhares sobre as identidades de gênero e sexuais apresentadas pelas educadoras.

Em relação às identidades de gênero observou-se no início do projeto uma naturalização dos papéis do homem e da mulher; dificuldades em lidar com perfis de homens e mulheres que escapassem dos padrões da sociedade ocidental e uma supervalorização da maternidade (incluindo lar e família) para a mulher em detrimento da paternidade para o homem.

Analisa-se, dessa maneira, que as professoras internalizaram algumas ideias em relação às questões de gênero como se homens e mulheres nascessem para determinados papéis e que estes são fixos e imutáveis indo de encontro às discussões que apontam o fato de as relações de gênero serem construtos socioculturais e, portanto, variando no tempo, no espaço, de sociedade para sociedade (e mesmo internamente a elas).

Em relação ao casamento e à maternidade, por exemplo, algumas educadoras argumentaram sobre a dificuldade em questionar a idéia da responsabilidade do cuidado com a família e da educação das crianças como extensão da condição biológica da mulher. Algumas entendem como algo inato às mulheres, não podendo ser contestado, outras questionam o quanto a educação da mulher é baseada no “cuidado” com o esposo. O papel da mulher no casamento, muitas vezes, é pautado em uma relação de servidão ao homem constituindo-se em uma relação de poder. Mesmo que ela se separe, sua condição de subordinada permanece e a sociedade reforça essa posição dominante do homem. O depoimento de uma das professoras do projeto vai nessa direção.

Quando eu me separei eu fiquei com vergonha. Você passa o pão que o diabo amassou, mas tem de viver com o marido. Ninguém me ajudou. Até hoje eu sofro. Eu ia do trabalho para casa e da casa para o trabalho. Se eu sáísse, iam falar que eu estava saindo com outro homem. Se chegasse um em frente por coincidência, o pessoal já fala. Eu vivi essa fase. Esse medo de me divertir. Eu fiquei fechada. A religião contra você. Reprime até a roupa. Eu não consigo me livrar desses bloqueios. Eu não sei se vou conseguir me livrar deles. Eu não consegui sair dessa pressão familiar.



Sardenberg e Macedo (2008) ressaltam que desde crianças, as meninas são educadas para a maternidade a fim de que no futuro sejam boas mães e donas-de-casa e obedeçam a vontade do marido. Poucas vezes esses papéis são questionados.

Durante os encontros, algumas educadoras questionaram o pensamento de que houve grandes mudanças nos papéis sociais de gênero na atualidade. Segundo elas, as mulheres ainda continuam assumindo as tarefas do lar acrescidas à sua atividade profissional, ampliando suas atividades. Na visão delas, embora os papéis de gênero exercidos no modelo ideal de família estejam sendo contestados, inclusive muito mais homens cuidam do lar e da família, alguns grupos culturais (especialmente, os religiosos) reforçam os estereótipos ao mencionarem que o homem deve ser o provedor da família.

As professoras relataram a contribuição da escola como um espaço de reforço dos estereótipos de gênero silenciando-se, por exemplo, quando há situações que perturbam os papéis esperados para os meninos e meninas. Observe o depoimento abaixo:

Eu trabalhei em uma escola e tinha uma criança. Quando fizemos uma peça, os meninos iam de besouro e as meninas vestiam borboleta ou fada. Ele não queria se vestir de besouro. Aí a professora da sala disse que ele tinha de sair de besouro. Ele viu as meninas maquiadas e ele queria também. Nós achamos aquilo um horror. Vai que a mãe dele não gosta. Vê se a mãe deixa vestir ele de borboleta? A mãe não autorizou. Ele queria ir de borboleta rosa, mas a mãe não deixou. Ele ficou com uma cara enfezada e chateadíssimo.

Na avaliação do curso as educadoras perceberam o patrulhamento social para o enquadramento nos padrões esperados para o homem e a mulher; o estigma social em relação à mulher divorciada, o que não acontece com os homens e a influência da desigualdade de gênero na violência contra a mulher. Constatou-se também a melhoria da auto-estima de algumas participantes, inclusive para viverem suas individualidades, como mulheres, sem medo de exclusão.

No que se refere às expressões de gênero não-hegemônicas, de início houve pouca aceitação da travestilidade e transexualidade por ainda considerá-las como desvio, aberração e imoralidade, além disso, algumas professoras também acreditavam que homossexualidade e transexualidade eram as mesmas coisas. Segundo Peres (2009) esses olhares discriminatórios em relação à travestilidade e transexualidade geram um processo de vulnerabilidade em que essas pessoas ficam subjugadas a diferentes formas de desrespeito e violências. No trabalho de Carrara e Vianna (2006) sobre a violência letal contra as travestis no Rio de Janeiro, constatou-se que grupo é o mais estigmatizado da comunidade LGBT e, por vezes, os assassinatos dessas pessoas é justificado pelo fato de serem consideradas desajustadas e perturbadoras da ordem social.



Ao final do projeto as professoras entenderam melhor a transexualidade, perceberam o quanto a vivência da travestilidade e a transexualidade é difícil e dolorosa para as pessoas em virtude da exclusão social e passaram a respeitar muito mais as/os travestis e transexuais.

Em relação às identidades sexuais subalternas, a maior parte das professoras assumiu a princípio que: a homossexualidade ainda as choca, assusta e causa repulsão; tem dificuldades em discutir a homossexualidade na escola por conta dos valores tradicionais da família e da Igreja e do receio dos familiares e vê a homossexualidade como opção individual.

Durante os encontros, as professoras relataram casos de estudantes gays e lésbicas nas escolas em que trabalham e quanto os(as) professores(as), os(as) colegas e a família rejeitam e abominam a homossexualidade. Dos exemplos relatados citam-se: criança que foi proibida, pela família, de ir a escola por ser gay; professores(as) com aversão aos alunos homossexuais, especialmente, as lésbicas e turmas em que os(as) colegas insultam o(a) adolescente gay ou lésbica, além de excluí-lo(a) do círculo de amizades.

Ao final do projeto, as educadoras, de forma geral, argumentaram que puderam repensar em seus preconceitos em relação à comunidade LGBTTT; aprender idéias novas sobre as identidades de gênero e sexuais e resignificar a visão que elas tinham sobre a homossexualidade.

Discutindo as intervenções nas escolas

No que se refere às intervenções, de forma geral, as educadoras mencionaram que não houve muitas dificuldades para execução das ações educativas. Dois grupos relataram que, a princípio, sentiram preocupação/receio de como os/as estudantes agiriam diante das atividades propostas e um grupo falou sobre a indisciplina da turma que, em alguns momentos, atrapalhava as discussões.

Sobre a receptividade dos(as) discentes em relação às temáticas discutidas, as professoras, em linhas gerais, disseram que os/as estudantes ficaram atentos/as e motivados/as na maior parte das atividades desenvolvidas. Muitos ficaram encantados(as) com os filmes e documentários. Duas turmas sugeriram que as atividades continuassem, pois se interessaram pelas discussões.

Nas discussões sobre os papéis de gênero, as educadoras relataram que grande parte dos/das estudantes conseguiu entender a influência sociocultural nas delimitações dos papéis embora ainda tivessem dificuldades em lidar com aqueles e aquelas que exercem papéis de gênero ou apresentam identidades que escapam das normatizações. Como exemplo, cita-se a ideia de que cuidar dos/das filhos/filhas, para muitos deles, é papel da mulher e não aceitariam um homem assumindo isto.



Alguns/algumas alunos/alunas tiveram dificuldades em debater sobre a homossexualidade alegando que esta identidade sexual é “descaração”, “frescura”, “vagabundagem” e que se pudessem agrediriam quem fosse gay ou lésbica para que deixasse essa condição. Outros(as) estudantes argumentaram que o núcleo familiar apresenta muito preconceito e discriminação em relação à comunidade LGBTT, inclusive os familiares não aceitam que eles/elas tenham amizade com colegas homossexuais. Destaca-se o fato de que, em uma das turmas, onde havia um rapaz que era visto como gay, os/as colegas passaram a tratá-lo respeitosamente, incluindo-o no grupo, o que não acontecia anteriormente.

Todas as educadoras relataram que gostaram de desenvolver a intervenção e que foi um momento importante para que elas pudessem repensar em suas práticas educativas e contribuir para a diminuição do sexismo e homofobia nas escolas em que atuam.

Considerações Finais

Constatou-se que as participantes do projeto repensaram em suas concepções sobre as questões de gênero, especialmente no que se refere à masculinidade e feminilidade já que as percebem como construções sociais e reconheceram a necessidade da compreensão e do respeito à comunidade LGBT, embora ainda permaneçam algumas restrições a essa diversidade.

Referências

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARRARA, S.; VIANNA, A. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006.
- FELIPE, J. Proposta pedagógica. In: BRASIL. **Educação para a igualdade de gênero**. Salto para o Futuro. Boletim 26, ano XVIII, nov. 2008.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, n. 2 (56) – maio/ago, 2008.



MACHADO, F. V.; PRADO, M. A. M. Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. o caso de dois grupos brasileiros. **Interações**, v. 10, n. 19, p.35-62, jan/jun. 2005.

MADLENER, F.; DINIS, N. F. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, v. 19, n. 1, p. 49-60. jan/jun. 2007.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. M. C. U. de A. Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 2, n. 1, p. 81-90, jan-mar, 2007.

OLIVEIRA, M. R. A.; MORGADO, M. A. Jovens, sexualidade e educação: homossexualidade no espaço escolar. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., **Anais...** Caxambu: ANPED, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT23-2357--Res.pdf>. Acesso em: 23 out. 2008.

PERES, W. S. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SARDENBERG, C.; MACEDO, M. S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, A. A.; RODRIGUES, A. T.; VANIN, I. M.. (orgs.). **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: NEIM/UFBA, 2008, v. 1, p. 9-27.